

14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design: O design do livro digital: potencialidades e desafios para as editoras universitárias

14th Brazilian Congress on Design Research: The design of the digital book: potentialities and challenges for university publishers

ITABORAÍ, Nathalie Reis; Doutora em Sociologia; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

nathalie.reis@ufjf.br

DUARTE, Nattan Frederico; Graduado em Design; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

nattan.duarte@estudante.ufjf.br

CÂMARA, Letícia Ribeiro do Valle Arruda; Graduanda em Jornalismo; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

leticiaribeirovalle@outlook.com

CARVALHO, Júlia Greco; Graduanda em Letras; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

julia.greco@letras.ufjf.br

Discutem-se as potencialidades e desafios da crescente adesão da comunidade científica ao formato digital de livros, buscando iluminar algumas questões sobre as possibilidades e especificidades do design do livro digital no contexto acadêmico. Se usualmente são discutidas questões como a democratização do acesso à produção científica ou as mudanças na relação autor-editor-leitor, menos atenção é dada ao design de e-books. Argumenta-se sobre a importância desta dimensão, seja para que os e-books sejam publicações verdadeiramente digitais, seja para que adequem-se à legibilidade em telas (ainda quando se assemelhem a uma mimetização do impresso, como no formato pdf amplamente empregado por editoras universitárias). Se existe uma longa tradição de conhecimento sistematizado sobre tipologia e demais elementos do design do livro impresso, as características e especificidades do design do livro digital ainda não estão plenamente estabelecidas e pretende-se aqui contribuir para suprir esta lacuna, considerando as demandas das editoras universitárias.

Palavras-chave: Design editorial; Design gráfico; Design do livro digital.

The potential and challenges of the growing adherence of the scientific community to the digital format of books are discussed, seeking to illuminate some questions about the possibilities and specificities of digital book design in

the academic context. If issues such as the democratization of access to scientific production or changes in the author-editor-reader relationship are usually discussed, less attention is paid to the design of e-books. We argue about the importance of this dimension, whether for e-books to be truly digital publications or for them to adapt to readability on screens (even when they resemble a mimicry of print, as in the pdf format widely used by university publishing houses). If there is a long tradition of systematized knowledge about typology and other elements of print book design, the characteristics and specificities of digital book design are not yet fully established and the aim here is to contribute to filling this gap, considering the demands of university publishers.

Keywords: Editorial design; Graphic design; digital book design.

1 Caminhos e desafios dos livros digitais no Brasil

Os livros digitais vêm se popularizando no Brasil e no mundo nas últimas décadas. No entanto, Procópio realça que o livro digital não é uma invenção recente, mas pode ter sua origem remontada aos anos 1970. Sua relativa e recente popularização tem a ver com a interação do livro eletrônico com outras mídias.

Michael Hart [que eu considero o inventor do livro eletrônico] fundou o projeto Gutenberg, no inicio da década de 1970. Então, no início de 2010, enquanto todos discutiam sobre os livros digitais, por causa do Kindle, da Amazon e do iPad, da Apple, eu me perguntava: quanto tempo antes do nascimento de serviços como o Google Books, o site idealizado por Hart já contabilizava milhares de títulos eletrônicos em várias línguas para rodar em qualquer reading device?

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro da USP, só para citar um exemplo nacional, foi criada em 1996. A eBooksBrasil.org, outra base de e-Books em português, foi ao ar em 1999. O eBookCult, em janeiro de 2001. (PROCOPIO, 2010, p. 16-17)

Observa-se, assim, que o processo de expansão do eletrônico inicialmente abrangia de um lado os livros eletrônicos de maior público, difundidos pelas editoras comerciais; e de outro, os livros acadêmicos, sobretudo quando percebidos como documentos antigos, digitalizados como estratégia de preservação de acervos (sendo um exemplo paradigmático a digitalização da biblioteca Brasiliiana USP).

Em 2011, a Câmara Brasileira do Livro promoveu um congresso sobre livros digitais, com profissionais de diferentes países que vieram mostrar estratégias para o que era uma relativa e incipiente novidade no Brasil. Desde então, houve uma notável expansão da produção de livros digitais (também chamados livros eletrônicos ou e-books, termos em geral usados, também aqui, sem considerar as pequenas distinções) no Brasil.

A difusão dos livros digitais é variável entre editoras comerciais e universitárias, literatura e livros técnicos e científicos. Diversas livrarias e editoras comerciais disponibilizam para vendas formatos variados de e-books, algumas, como a Amazon, absorvem iniciativas de autopublicação. Se inicialmente os catálogos de livros digitais eram majoritariamente

literários, sendo minoritário os títulos acadêmicos, observa-se a ampliação desses últimos.

Embora tenhamos hoje no Brasil um mercado de livros digitais relativamente consolidado, seu potencial nas editoras universitárias ainda está se definindo, com uma recente expansão. Nas editoras universitárias, o livro digital mostra-se uma das possibilidades de enfrentar a crise de recursos, financeiros e humanos. Segundo recente pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU, 2021) em 2021 em um universo de 127 editoras filiadas, 93,3% publicam livros digitais (em 2018 eram 52,94%), e destas 94% publicam em pdf. Dentre as editoras universitárias que responderam a pesquisa, 35,1% publicam simultaneamente digital e impresso e 62,2% publicam livro digital em acesso aberto. Os meios pelos quais disponibilizam em acesso aberto eram em 2021 assim distribuídos: 75,30% no site institucional, 29,90% em repositório institucional; 15,60% no Scielo livros; 10,30% em outro e 10,40% não publica em acesso aberto. As editoras universitárias relatam redução de quadro funcional e menor presença de assessoria de comunicação própria, o que é relevante uma vez que as estratégias de divulgação são importantes até mesmo para que haja downloads das obras em acesso gratuito.

Muitos debates e análises abordam as mudanças que este novo meio traz seja do ponto de vista da democratização e do acesso, seja na própria relação com a leitura. As reflexões de pesquisadores da longa e cheia de vitalidade história do livro podem ajudar a iluminar um futuro ainda incerto, mas que retoma elementos do passado, como realça Chartier:

Com a revolução eletrônica, as possibilidades de participação do leitor, mas também os riscos de interpolação, tornam-se tais que se embaça a idéia de texto, e também a idéia de autor. Como se o futuro fizesse ressurgir a incerteza que caracterizava a posição do autor durante a Antiguidade. (CHARTIER, 1998, p. 24)

Da leitura em rolos ao *e-reader* e o *tablet*, a história do livro (BARBIER, 2008) registra uma série de revoluções (do códex, da imprensa e agora do formato eletrônico) que expressam mudanças nas formas de ler e também na relação de diferentes públicos com a leitura. Velhos e novos suportes de leitura convivem e se influenciam. Não é preciso voltar na pré-história do livro para realçar que a leitura na tela de dispositivos recupera um pouco do *volumen*, no seu processo de desenrolar o texto, sem contudo deixar de apresentar as características essenciais do livro impresso, mesmo que o contexto de leitura mude substancialmente.

Novas funcionalidades (dicionário, busca, acesso a livrarias e bibliotecas digitais, links externos, multimídia) do livro digital podem enriquecer o ato de ler, culminando numa leitura menos linear e mais interativa. A combinação de habilidades do leitor impresso e digital vem sendo crescentemente pesquisada. Ferreira e Felippe (2010) realçando aspectos da não-linearidade do hipertexto, deixa entrever que a leitura é por si mesma intermediática, sendo que a rede só amplifica e potencializa essa condição essencial do ato de ler.

Na leitura clássica (livros e textos impressos), o texto e o leitor interagem num processo também hipermediático, pois a leitura é composta de múltiplas conexões à memória do leitor, às referências, aos índices, que podem jogá-los para além e aquém da estrutura linear do texto. Todo documento escrito também pode ser pensado como um hipertexto onde o motor da interatividade se situa entre a memória subjetiva do leitor e a interatividade em relação ao objeto livro. [...]

Com o suporte da informática e de novos meios esta modalidade permite percorrer de forma ainda mais ágil os labirintos da literatura que invade o universo digital contemporâneo. [...]

A diferença entre o hipertexto-livro e o hipertexto no ciberespaço está no fato de que no ciberespaço o elemento velocidade faz toda a diferença, a conexão é em tempo real, imediata, permitindo passar de uma referência a outra, sendo a conexão imediatamente disponível – dependendo do caso a conexão sim, mas o “ contato” com o(s) sujeito(s) produtor(es) , o que só ocorre excepcionalmente. Em relação ao livro, essa conexão exige uma vinculação com o corpo, além da memória e da subjetividade “presente”. Exige a busca em outros livros pela referência, o trabalho físico de se ausentar de perto do livro para interagir com um outro. Utilizando o computador é possível passar de uma referência a outra, de servidor a servidor, de país a país com um simples click do mouse, em um universo de informações naveável de forma instantânea e reversível. (FERREIRA; FELIPPE, 2010, p. 23-24)

Assim, se a leitura do livro impresso também é em alguma medida intermediática, ainda que de uma forma diferente, o digital acelera no tempo e no espaço esta possibilidade e a torna acessível a um clique. Discute-se também como os elementos de intertextualidade e multimídia podem gerar novos e mais colaborativos processos de autoria, mas há o risco de excessos descritos por Keen (2009), que destaca a ameaça que a pirataria e o conteúdo amador representa para às instituições culturais.

Além da questão das mudanças, possivelmente democratizadoras, na relação autor-editor-leitor, resta indagar sobre a ampliação da arena na qual tais agentes circulam e quantos a podem adentrar, mesmo que na condição principal de leitor interativo de hipertexto.

Assim como a revolução gerada pela invenção de Gutenberg esteve relacionada a uma democratização do acesso à leitura no contexto de transformação de uma sociedade oral em escrita, mas supondo a difusão da alfabetização, os problemas da inclusão digital estão no cerne das possibilidades de democratização através do livro digital e/ou eletrônico.

A própria internet nasce no Brasil como um privilégio acadêmico. Cendón realça que a participação estatal no crescimento do uso científico da internet no país, em especial com a criação em 1989 da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), programa do Ministério da Ciência e Tecnologia e executado pelo CNPq, visando incentivar o uso educacional, acadêmico e social da internet, que veio interligar universidades e centros de pesquisa. “Até 1995, a quase totalidade das cerca de quinhentas instituições brasileiras com presença na internet consistia de universidades e institutos de pesquisa. Naquele ano, com a liberação para seu uso comercial no Brasil, a internet deixou de ser um projeto exclusivamente acadêmico” (CENDÓN, 2003, p. 279-280). Favorecendo a comunicação entre especialistas através de correio eletrônico, listas e grupos de discussão; favorecendo o acesso a informações antes demoradas ou indisponíveis; estimulando, por seu formato interativo, a criatividade e sinergia, a internet possibilitou uma série de vantagens para a academia e para a vida social. Mas tem também limites, como o dispêndio de tempo para filtrar as informações relevantes e mesmo limitações referentes a efemeridade e autenticidade dos documentos, claro contraponto aos documentos impressos. “Como não existe ainda um mecanismo para controle de versões ou edições, o usuário não tem meios de saber qual versão está acessando” (CENDÓN, 2003, p. 295). Contabilizando os avanços desde 1995, quando é criado o Comitê Gestor da Internet Brasileira

(CGI.br), com representação da sociedade civil, do governo e da iniciativa privada, Righetti (2010) constata que 15 anos depois, mesmo com o crescimento a taxas expressivas, há desigualdades no acesso a internet, ainda mais se considerarmos a distribuição desigual da velocidade. O acesso desigual à internet no Brasil ficou evidente durante a pandemia, pois, na ausência de políticas públicas para corrigir tais desigualdades, inviabilizou o acesso de muitas crianças e jovens à educação.

A despeito destas limitações, considerando o custo do livro impresso, espera-se que a expansão da leitura seja favorecida pelo movimento de acesso aberto, especialmente forte na área científica com variados tipos de repositórios digitais, diante da pressão da comunidade acadêmica para que se obrigue a divulgação livre de resultados de pesquisas que contam com financiamento público.

A arena científica, que sempre foi um espaço privilegiado do livro na sociedade pouco leitora brasileira, possui demandas e questões específicas. A adesão ao formato eletrônico ocorreu primeiro entre os periódicos e mais recentemente entre os livros. O exemplo dos periódicos acadêmicos pode ajudar-nos a refletir sobre os muitos impasses presentes na passagem-convivência do impresso ao digital também para os livros científicos. O modelo de produção científica por muito tempo consagrou os periódicos impressos, cuja tradição de mais de três séculos remonta ao *Journal de Scavans* na França e ao *Philosophical Transactions* na Inglaterra, ambos de 1665 (WEITZEL, 2005). Observa-se, no entanto, a crise desse formato e a paulatina afirmação do formato eletrônico. Vários diagnósticos sobre as limitações no desempenho do papel de divulgação científica pelas revistas no Brasil e América Latina foram produzidos antes mesmo da emergência do formato eletrônico, destacando os altos custos, a descontinuidade e falta de periodicidade, até as dificuldades de distribuição, culminando em baixo prestígio e visibilidade.

No contexto acadêmico, o formato eletrônico, por seus menores custos e por superar em grande medida os problemas de distribuição, foi em grande parte uma saída para as dificuldades na produção de livros e periódicos científicos, ainda que as potencialidades de seu formato nem sempre sejam plenamente aproveitadas.

Numa cultura acadêmica em que as avaliações nacionais (na medida em que a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES – qualifica os programas de pós-graduação em aspectos de produção editorial, inicialmente periódicos, e mais recentemente livros) e internacionais (em especial os fatores de impacto como o do *Institute for Scientific Information – ISI*) cada vez mais mensuram cientificamente (bibliometria e cientometria entre outros saberes) a produção acadêmica, periódicos e livros científicos são necessariamente mercados em expansão. No formato eletrônico, a academia tem aderido fortemente ao arquivo aberto – “o termo ‘arquivo’ (*archives*) é empregado em sentido amplo, como espaço controlado para armazenamento de informações digitais, enquanto o termo ‘aberto’(*open*) se refere a arquitetura do sistema, interfaces que facilitem a disponibilidade de conteúdos procedentes de uma variedade de sistemas” (FERREIRA, 2008, p. 116) – numa clara reação ao monopólio das editoras, cuja atuação por vezes abusiva foi bastante discutida.

Os periódicos eletrônicos tiveram grande desenvolvimento com a *Open Archives Initiative - OAI*, da qual o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é herdeiro e tradução no Brasil, sendo uma das iniciativas públicas de incentivo ao digital no contexto acadêmico.

Assim, um ator importante é o movimento de acesso aberto, que se soma a outros fatores estruturais como o desenvolvimento tecnológico que permitiu a disseminação de conhecimento superasse barreiras no tempo e espaço indo ao encontro da vocação das universidades na produção conhecimento. Observa-se também que aspectos contextuais, relacionados à pandemia e à necessidade de isolamento social estimularam um maior acesso a conteúdos digitais (obtendo resposta de várias editoras e periódicos que disponibilizaram conteúdos gratuitamente) e evidenciaram os benefícios da interação em tempo real na produção da ciência para a busca de soluções para problemas coletivos, como na descoberta das vacinas.

No meio científico, diferentes formas de publicação eletrônica são empregadas com o objetivo de driblar os obstáculos comuns à publicação impressa. *Eprints* e *preprints* tornam-se alternativas para a disponibilização imediata de textos que aguardam a publicação impressa ou mesmo que permanecerão disponíveis apenas no formato digital. A autopublicação de livros digitais também se difunde, mas é uma alternativa mais simples para obras literárias do que para obras científicas, as quais dependem mais da chancela editorial. Esta vem crescentemente sendo exercida por avaliadores externos, que impõem critérios de qualidade. Assim, ao tradicional papel das editoras universitárias de exercer um filtro editorial, com revisão por pares, somam-se outras formas de aferir e mensurar qualidade.

A criação da base Qualis pela CAPES para avaliação dos programas de pós-graduação teve impactos amplos no meio acadêmico na medida em que “o Qualis veio ‘popularizar’ a avaliação formal, explícita e criteriosa” (TRZESNIAK, 2006, p. 347). O sistema possui modalidades para avaliação de produtos técnicos e artísticos, periódicos e livros, de forma a mensurar a produção intelectual dos programas de pós-graduação. A avaliação inclui a possibilidade de auditagem, que considera inclusive a baixa qualidade editorial, típica de editoras predatórias, sem compromisso com a qualidade do conteúdo científico e da produção editorial: “é este tipo de auditagem que protegerá a avaliação das boas obras contra, especialmente, as iniciativas editoriais predatórias, que normalmente agem em lotes e sob processos de editoração precários ou inexistentes, com o intuito único de captarem recursos financeiros.” (GT QUALIS LIVROS, 2019, p. 15).

É neste contexto de profundas transformações e desafios na produção de livros e outros formatos de divulgação científica eletrônicos, é que precisamos pensar as transformações introduzidas pelos novos formatos.

2 Desafios e reorientações da produção editorial digital

Além de alterar as formas de acesso e a própria relação com a leitura, o formato digital também exige repensar todas as etapas da produção editorial. Andrade e Araújo (2021), ao destacar as mudanças no processo de comunicação científica, questionam os desafios para que as editoras, concebidas num mundo analógico, se insiram num mundo digital.

A disponibilização do livro digital não significa automaticamente uma mudança na forma tradicional de produzir livros, pois “é comum encontrar editoras que trabalham com o fluxo da produção ainda no modo tradicional transformando apenas um documento em um formato de texto, utilizam extensão em sua maioria PDF e não formatos específicos para livro digital” (ANDRADE; ARAÚJO, 2021, p. 950).

Até o momento, as mudanças mais robustas são percebidas na distribuição das obras, mas

mudanças em graus variados se observam nas demais etapas da produção editorial. Na etapa de prospecção de obras, as editoras universitárias frequentemente conjugam editais e fluxos para demandas espontâneas, geridos por e-mail, formulários eletrônicos ou recebidos presencialmente. Na definição de contratos, a difusão do digital, em especial os de acesso gratuito, caminha junto com mudanças nos direitos autorais. Como destaca Feres et al., no contexto digital os paradigmas da cessão de direitos autorais e da exclusividade de publicação devem ser redimensionados e as licenças Creative Commons criam uma alternativa ao direito de propriedade intelectual tradicional: “Trata-se de um deslocamento do eixo de “todos os direitos reservados” para “alguns direitos reservados” (*“all rights reserved”* para *“some rights reserved”*) (FERES et al., 2021, p. 6).

Observa-se que a preparação de originais e a diagramação de livros já ocorria no formato digital, ainda que mais frequentemente os livros tivessem a finalização no formato impresso. Para obtermos o livro digital, a etapa mais afetada é o design do livro, pela forma específica que o livro deve ter para ser lido em telas de diferentes dispositivos. Observa-se a prevalência do pdf nas editoras universitárias, o que sugere que ainda prevalece uma concepção de livro impresso, ou mesmo de uma saída em formato eletrônico e impresso, no que a impressão sob demanda poderia favorecer a disponibilidade simultânea dos dois formatos. A possibilidade das editoras universitárias de produzir livros que explorem plenamente as possibilidades do digital com recursos interativos esbarra na falta de equipes multidisciplinares – que poderia ser suprida pela busca de soluções interinstitucionais, por exemplo através da ABEU, ou pela mobilização da multidisciplinaridade típica do ambiente universitário, através de parcerias entre cursos como os de computação, comunicação, design e letras. Soluções simples, como o áudio livro, poderiam ser buscadas com o uso de softwares livres que leiam pdf, agregando este recurso ao site da editora.

Na pós-produção, temos questões de armazenamento, sendo recomendado realizar cópias de segurança. Mas o que se destaca é a superação das dificuldades que as editoras universitárias enfrentam na distribuição de obras, hoje muitas vezes vendidas através de Guia de Recolhimento da União (GRU). Muitas vezes de acesso gratuito, disponíveis para download, o digital possibilita a circulação imediata de conhecimento. Estratégias de divulgação mostram-se importantes para que haja downloads das obras em acesso gratuito, e o número de acessos fornece uma medida de impacto (através de ferramentas para contabilizar visualizações e downloads de livros). Assim, diversificam-se as estratégias de marketing, que no caso do livro impresso muitas vezes se restringia a confecção de marcadores e eventos de lançamento. Nas editoras universitárias, repositórios institucionais são uma forma frequente de disponibilização de livros digitais para download gratuito. Para evitar problemas de armazenamento, editoras podem fazer pesquisas de mercado ou avaliações mais precisas da demanda de obras impressas e distribuir seu catálogo entre obras impressas ou digitais conforme o perfil de seu público e o uso esperado.

O quadro 1 resume algumas das mudanças em curso.

Quadro 1 – Comparação entre características do processo de produção do livro impresso e do digital

	Livro impresso	Livro digital	Desafios/potencialidades do digital nas editoras universitárias

Prospecção e seleção de originais	Editais e demanda espontânea.	Em ambos possibilidade de receber originais e gerir dentro de plataformas como OMP.	Possibilidade de uso da função incubadora na OMP.
Contrato	Direito autoral tradicional, com cessão de direitos autorais e exclusividade de publicação.	Tendência de emprego de licenças creative commons.	Mudanças nos direitos autorais no ambiente digital facultam ao autor permitir acesso, cópia e distribuição de suas obras.
Gestão editorial	Em geral emprega e-mails, registro em planilhas.	Continua a usar meios tradicionais, mas maior possibilidade de uma gestão completamente eletrônica pela OMP.	Explorar as potencialidades da gestão eletrônica.
Preparação e revisão de textos	Correção gramatical, normalização e aplicação de manual de estilo.	Segue a forma usual, com atenção aos novos recursos.	Atenção na preparação de texto para sugerir possíveis conteúdos interativos de interesse.
Design do livro (impresso ou digital)	Existe longa tradição de estudos e conhecimento sistematizado sobre tipologia e todos os elementos do livro.	Deve contemplar a especificidade do livro digital, cujas características ainda não estão plenamente estabelecidas.	O design do livro digital deve reunir o conhecimento da tradição editorial e as especificidades do meio digital.
Diagramação	A execução da diagramação conforme o projeto gráfico emprega estilos e configurações definidas através de softwares específicos como o InDesign.	Maior diversidade de softwares possíveis diante da leitura em tela e a não necessidade de finalização para gráfica.	Necessidade de saída para diferentes formatos digitais, mais ou menos fluidos. Especial atenção deve ser dada à padronização de hiperlinks para seu correto funcionamento.
Conferência final	Controle de qualidade da obra, com verificação da adequação dos elementos e partes da obra.	As verificações usuais, soma-se o controle de qualidade dos hiperlinks e recursos multimídia.	Necessidade de análise do resultado a partir dos diferentes dispositivos em que a obra está disponível. Conferência não pode ser apenas no papel.
Publicação	Cuidados para fechamento de arquivo para gráfica. Usos de recursos variados no acabamento.	Formatos variáveis, mais ou menos fluidos Pdf, Epub, dispositivos de leitura.	Necessidade de agregar profissionais de TI em uma equipe multidisciplinar.
Distribuição	Logística, consignação, venda, com problemas	Gratuito em repositório ou site	Ganhos de agilidade para a obra alcançar seu público.

	crescentes como rigidez na venda por Guia de Recolhimento da União (GRU) e falta de métodos diversificados de pagamento.	institucional. Gratuito ou pago em lojas e distribuidoras.	Fim dos custos de logística para distribuição de livros físicos. Custos específicos em TI e qualificação para atender diferentes demandas e formatos.
Armazenamento	Controle do tamanho das tiragens conforme demanda real da obra, custos de estocagem.	É recomendado realizar cópias de segurança a exemplo das revistas científicas que adotam a sistemática de backup em outras instituições.	Importância de manter cópias de segurança. Atenção à qualidade e correção dos metadados e sistemas de busca. Análise de número de download e outras métricas de impacto.
Divulgação	Uso de marcadores e outros materiais impressos de divulgação.	Maior ênfase em redes sociais, blogs e paratextos digitais.	Necessidade de aperfeiçoamento da comunicação, inclusive com aprimoramento do design.

Fonte: os autores.

A gestão da produção editorial nem sempre ocorre de forma plenamente digital, embora existam ferramentas como o Open Monograph Press (OMP) que já permitem que todo o processo de produção do livro seja efetivamente eletrônico, desde a análise de originais até a publicação final. O OMP possui funcionalidades que permitem gerenciar todo o processo editorial com mensagens padronizadas, registro de cada etapa (submissão, avaliação por pares, seleção, revisão, editoração, conferência e publicação), armazenando documentos em vários formatos. Para a produção científica, que depende da avaliação por pares, o sistema tem a vantagem de permitir a auditoria externa para acreditar o cumprimento de todas as etapas. Vários plug-ins foram desenvolvidos para diferentes finalidades, favorecendo a interoperabilidade que permite inclusive multiplicar as formas de acesso ao livro.

Como se observa no quadro 2, o OMP permite a possibilidade de incubadora, com uma escrita mais colaborativa inclusive interatuando com softwares que permitem comentários de leitores de versões preliminares da obra. Este estágio de incubação é opcional, e possivelmente seria menos empregado em livros acadêmicos, mas permite a princípio a atuação conjunta de colaboradores em coletâneas de vários autores.

A importância da comunicação para a definição do próprio estatuto científico, na medida em que só é ciência o que é avaliado pelos pares enquanto tal (MEADOWS, 1999) sempre foi reconhecida, num contexto de convivência de comunicação formal e informal na arena científica. A publicação eletrônica permite tornar formal (pela disponibilização imediata e os recursos de comentários online a artigos e livros) o que antes era informal, visto que a comunidade acadêmica sempre se utilizou de “modalidades de divulgação e debate que podemos caracterizar como improvisadas e informais, como a pré-edição, a distribuição de fotocópias dos artigos a colegas, a correspondência pessoal, a constituição de associações de pesquisadores” (MACHADO, 1996).

Quadro 2 – Etapas da publicação no OMP

PUBLICATION STAGES	USER ROLES	DOCUMENTS	FUNCTION
1. Incubation	Editor (or series editor), author (or volume editor), communities of interest	Articles, chapters, working papers, bibliography, sources, data sets, blog	Optional testing ground that editors can use, enabling authors to try out potential book ideas, found within papers, blog, and interactions with editor, as well as invited or broader communities, potentially leading to book prospectus and draft submission to Assessment stage.
2. Assessment	Editor, author, director, editorial committee, external reviewers, funding coordinator	Prospectus, author publicity form, internal reviews, author responses, funder report, author contract	Author submits prospectus, chapters, or complete draft for editor to have assessed through internal and/or external review, with revision opportunities, with manuscripts that are accepted moving to the Preparation stage.
3. Preparation	Editor, author, copyeditor, marketing and sales, graphic designer, technical support	Catalog copy, copyright permissions, transmittal report	Manuscript is copyedited, visuals are prepped, layout is designed for multiple formats; manuscript is approved and sent to Production to be turned into a book.
4. Production	Production editor, author, indexer, layout editor, designer, marketing and sales, production manager, technical support	Marketing plan materials, sales strategies, printer quotes	Book is designed and laid out, with graphics and other features, for designated formats, based on marketing plans and sales strategies developed at this stage, with accompanying advertisements, posters, bookmarks in preparation for Publication.
5. Publication	Author, marketing and sales, technical support, readers	Interviews, reviews, data mash-ups, funders' report	Book is published in a networked environment that allows the work to be linked into reviews, responses, blogs, the original incubation materials, and indexes.

Fonte: Willinsky, 2009, p. 7.

O OMP permite ainda inserir template de variados documentos, como formulários de revisão, planos de marketing, contratos e termos de finalização. Uma possibilidade que simplificaria processos seria o desenvolvimento de templates pré-diagramados de obras, em que a submissão já se adequasse ao futuro formato, a ser verificado e ajustado pela equipe editorial nas etapas posteriores de produção.

Se a realidade histórica de boa parte das editoras universitárias foi por muitas décadas a produção de livros impressos com grande morosidade, o OMP permite agilizar diversos processos. No entanto, Andrade e Araújo (2021) destacam que poucas editoras universitárias usam o OMP. Estes autores consideram a possibilidade de um futuro totalmente interativo, sendo possível pesquisar online as fontes primárias. Todavia, nem sempre se explora os potenciais do meio digital, mantendo-se na maioria das vezes muito próximos dos impressos, quando não são apenas sua versão digitalizada. Algumas funcionalidades e recursos inovadores são o “acesso aos documentos citados no texto por meio de links para contato

direto com o autor e outras possibilidades de comunicação" (MUELLER, 2003, p. 83). No caso da produção científica, seria de especial interesse disponibilizar fontes primárias, ampliando o acesso a informações relevantes que não caberiam no formato impresso.

Como se observou pelo quadro 1, as grandes mudanças ocorrem no design e na distribuição das obras. Evidentemente, o design editorial é parte relevante da sequência do processo de publicação, mas menos atenção vem sendo dada a especificidade desta etapa para que o livro digital cumpra adequadamente sua função na disseminação do conhecimento, aspecto do qual trataremos na próxima seção.

3 As especificidades do design do livro digital científico

Reconhece-se que a produção de livros já havia se tornado digital com o advento da computação, a finalização é que era gráfica, com a prevalência dos livros impressos. Assim, o que ocorre é que, com a difusão dos livros digitais, surge uma variedade maior de formatos de distribuição das obras.

[...] o livro já nasce digital, mesmo que venha ser distribuído em formato impresso. Pois é quase impensável, que em pleno século XXI, a produção do conteúdo, diagramação, editoração, e os demais processos para o seu desenvolvimento ainda utilizem somente ferramentas analógicas. Uma vez concluído, o livro pode ser distribuído sob diferentes formatos, no caso da distribuição em formato digital, os mais comuns são Portable Document Format (PDF), Hyper Text Markup Language (HTML5), Mobipocket E-books (MOBI) e Electronic Publication (ePub). Neste modelo, os livros podem ganhar novos formatos após sua editoração, além do fato de poderem ser disponibilizados concomitantemente de modo impresso ou digital, para atender aos diferentes públicos leitores. (ANDRADE; ARAÚJO, 2021, p. 948)

Se a perspectiva de uma finalização no formato digital exige repensar o processo e inserir novas etapas na produção, o livro digital soma design e conhecimento da tradição editorial da produção de livros. Assim, envolve um conjunto de decisões editoriais, as quais devem ser pautadas pelo perfil do projeto e contexto de uso.

Deve-se observar que o livro acadêmico frequentemente destina-se ao público acadêmico (professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação), mas a depender da obra alcança um público mais amplo, em especial com publicações específicas como cartilhas ou manuais mais gerais.

Ao desenvolver o projeto gráfico, deve-se levar em conta o tema do livro, seu público-alvo, referências da área (livros similares publicados no Brasil e no mundo, sites de referência visual, revistas e livros sobre design e produção gráfica etc.). Um projeto gráfico deve especificar aspectos como: o formato do livro, as fontes tipográficas, margens, grid, estilos empregados no texto e nos títulos e subtítulos, estilo de títulos e fontes de tabelas e ilustrações, uso de cores, posição e conteúdo dos cabeçalhos da obra, posição da numeração de páginas, símbolo de copyright e especificação da licença Creative Commons visíveis. No caso de e-books, atenção deve ser dada à especificidade do formato para leitura em tela, diferente das especificações de livros impressos.

O quadro 3 resume algumas das diferenças entre o formato impresso e o digital.

Quadro 3 – Comparação entre características do livro impresso e do livro digital

	Livro impresso	Livro digital
Capa	Seu design fornece identidade ao livro.	Primeira capa pode ser incorporada ao projeto gráfico, mas em geral se exclui quarta capa e orelhas.
Quarta capa (contracapa)	Importante na divulgação do livro, muitas vezes é o único texto a que o leitor tem acesso quando os livros ficam lacrados nas livrarias. Em geral traz trecho do prefácio ou apresentação da obra.	Eliminada, as informações que ocupavam este espaço podem ser remanejadas para a divulgação nas redes sociais ou seções específicas como Apresentação.
Orelhas	O texto pode ser corrido (passando de uma orelha para outra) ou dividido (uma orelha de texto sobre o livro, outra para apresentação dos organizadores, por exemplo).	Eliminada, as informações que ocupavam estes espaços podem ser remanejadas para a divulgação nas redes sociais, ou seções específicas como a seção final Sobre os autores.
Lombada	Traz título da obra, autor e editora, importante para a identificação das obras em estantes.	Eliminada, embora seja usual projetar livros 3D para divulgação da obra, recuperando a dimensão do livro (podendo projetar a lombada proporcional ao tamanho real de páginas).
Folha de rosto	Traz título da obra, autor, edição e editora.	Mantém estes mesmos elementos.
Verso da folha de rosto	Traz conselho editorial, ficha técnica e ficha catalográfica.	Atentar que ISBN deve ser solicitado para e-book, na ficha o tamanho que consta é do arquivo e não o número de páginas. Licença creative commons deve estar visível assim como o copyright.
Sumário	Detalha as subdivisões da obra e nome dos autores dos capítulos (se coletânea)	Possibilidade de colocar link direto para os capítulos. Navegabilidade é possível mesmo nos formatos word e pdf. Possibilidade de inserir link para lattes ou ORCID dos autores.
Configuração das páginas	Lateralidade, baseada na ideia de leitura conjunta das páginas do livro aberto	Não lateralidade, cada página lida individualmente, impossibilidade de controle sobre a posição das páginas mesmo em suportes que simulam um livro aberto.
Títulos e subtítulos de capítulos	Padronizados, seja com seções e subseções numeradas, seja com sua hierarquia indicada por uso de caixa alta, negrito e itálico.	Importante manter a hierarquia de títulos e subtítulos, empregando tipografia com boa legibilidade em tela.
Títulos correntes	Nas obras impressas, baseada na ideia de que lemos primeiro a página esquerda e depois a direita, era proposta a hierarquia autor-obra ou obra-capítulo.	Como cada página será lida individualmente, aconselha-se que cada página contenha o nome do autor e o título da obra como um todo, ou dos respectivos capítulos quando coletânea.
Fontes	Aconselhada a melhor legibilidade em papel das fontes com serifa, como Garamond.	Aconselhada melhor legibilidade em tela das fontes sem serifa, como Calibri.

Citações	Seguem padrão usual com aspas ou recuo de quatro ou mais linhas.	Possibilidade de citar entrevistas em audio, vídeos e outros materiais. Obras com formato fluido (e não rígido como pdf) demandam outra formas de informação de numeração de página para citação literal.
Referências	Padronizadas conforme um estilo, tais como ABNT, APA, Vancouver.	Possibilidade de inserir link para as obras disponíveis. Possibilidade de uso de plug-ins para obter referências em outros formatos.
Tabelas e quadros	Numeradas sequencialmente, com título e fonte	Tabelas maiores que não seriam viáveis em um livro impresso podem ser remetidas através de links e emprego de formatos mais adequados, no limite permitindo a incorporação de bancos de dados.
Ilustrações	Resolução recomendada em geral entre 300 e 600 dpi. Importância de atribuição de crédito, mesmo quando advém de bancos de imagens que permitem uso gratuito.	Menor exigência de resolução para leitura em tela (100 ou 150 dpi), ainda que um mínimo seja aconselhável para a hipótese do leitor desejar imprimir, e se o formato permitir ou existir possibilidade de impressão sob demanda.
Recursos audiovisuais	Possibilidade apenas de indicar links, os quais precisam ser consultados em separado.	Atenção aos créditos deve ser redobrada, diante da incorporação de recursos audiovisuais variados na obra.
Uso de colunas	Permitida em papel.	Não recomendada para leitura em tela.
Seção Sobre os autores	A informação sobre os autores em geral é organizada em uma seção ao final da obra com minibiografias de cada autor (há também a opção de notas de rodapé sobre cada autor em cada capítulo).	A seção é especialmente necessária, para substituir informações que no impresso poderiam constar nas orelhas. Possibilidade de inserir link para lattes ou ORCID dos autores.
Apêndices	Texto ou documento, elaborado pelo autor, que complementa o livro. Limites de espaço restringem seu uso.	Ampliação da possibilidade de acesso a materiais complementares.
Anexos	Texto ou documento, não elaborado pelo autor, que complementa o livro. Limites de espaço restringem seu uso.	Ampliação da possibilidade de acesso a materiais complementares.
Índices	Podem ser gerais (índice de autores e assuntos) ou especiais (de Nomes geográficos, Citações, etc.). São impressos no final do documento ou em volume separado. Valorizados pelo Qualis Capes.	Uso facilitado pela naveabilidade do digital, com acesso imediato às menções dos termos indexados.
Numeração nas páginas	Fólios são inseridos, com exceção das páginas de abertura dos capítulos.	Numeração em todas as páginas. Numeração variável para as publicações com formato fluido (e não rígido como pdf), demandando outras formas de informação para citação literal.
Número total	Como o livro impresso é dividido	Maior flexibilidade quanto ao número de

de páginas	em cadernos, em geral trabalha-se com página múltiplas de 16 ou 32, para projetos maiores.	páginas, não precisa ter páginas em branco.
Formato	Emprega-se formatos padrão como o A5, visando o aproveitamento do papel.	Maior flexibilidade para proposição de formato das obras, visto que impressão não é objetivo. Pode considerar a viabilidade de impressão, caso o leitor queira e o formato do e-book permita, restringindo um pouco a inventividade de formatos, em prol da preocupação ecológica para o caso de impressão.
Relação entre texto e brancos	Custo do papel incentiva maior proporção de texto. Considera-se edição de luxo quando tem 75% de brancos e 25% de texto.	Maior flexibilidade para diagramação, por não haver custo em uso de espaços brancos. Flexibilidade com branco no pé da página por não supor espaço para segurar o livro.
Colofão	Dados de impressão e acabamento da obra.	Pode ser mantido trazendo as especificações gráficas do projeto

Fonte: os autores.

Como destacam Dick e Gonçalves, “durante o desenvolvimento do projeto, o designer deve ponderar suas decisões com base nos recursos disponíveis (tecnologia, tempo, equipe, custo), no objetivo da publicação, no perfil do usuário, no contexto de uso, entre outros fatores” (2017, p. 86). Assim, as restrições do contexto afetam (limitam ou possibilitam) escolhas editoriais e o projeto de design do livro digital.

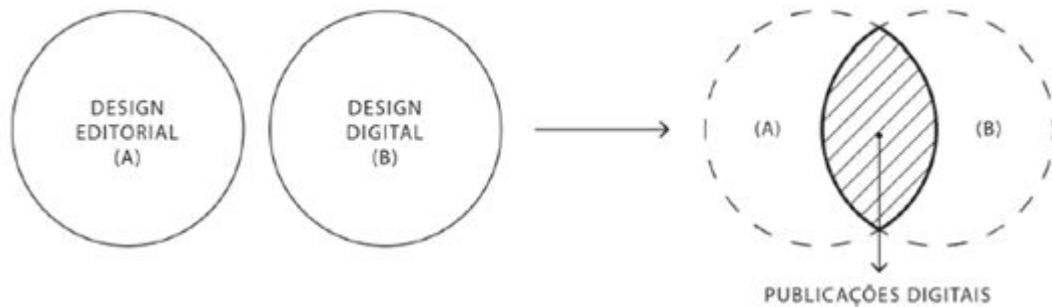
Dependendo do dispositivo de leitura, o e-book pode ter forma indefinida, um leiaute fluido (ao invés de definido). Variam também as soluções conforme sejam dispositivos dedicados (específicos para leitura de livros digitais) ou híbridos (multifuncionais). Dick e Gonçalves destacam algumas das diferenças entre pdf, ePUB e aplicativos:

[...] é possível imaginar uma linha crescente de interatividade e multimídia, onde o PDF encontra-se em um extremo e o aplicativo em outro, perpassando pelas variantes fluida e fixa do formato ePUB. Assim, enquanto o formato PDF se caracteriza pelo leiaute fixo, pelo uso predominante de mídias estáticas (texto e imagem) e pelo baixo grau de interatividade, as variantes do formato ePUB apresentam tanto leiaute fixo quanto estático, possibilitam o uso de mídias mais variadas (texto, imagem, som, vídeo) e permitem maior grau de interatividade. Finalmente, as publicações em formato de aplicativo têm alto potencial para controle do leiaute, além do uso de multimídias e de diversos recursos interativos – estando limitadas, porém, à equipe e ao custo de desenvolvimento. (DICK; GONÇALVES, 2017, p. 84)

Decisões de formato e dispositivo afetam escolhas de design, como destacam os autores, pois “leiaute, aspectos tipográficos e até mesmo configurações de cor e imagem podem ser alteradas conforme o potencial do dispositivo, dos aplicativos de leitura ou conforme as preferências do leitor.” (p. 86)

Para que o livro digital não seja uma mimetização do impresso (como no pdf) mas tenha um design de publicações verdadeiramente digitais, deve-se equilibrar sua especificidade enquanto mídia digital com a herança editorial típica do artefato livro. É o que nos propõe Dick e Gonçalves na figura 1:

Figura 1 – Áreas componentes da publicação digital



Fonte: Dick; Gonçalves, 2017, p. 85.

Compreender as heranças editoriais, com as quais o formato digital dialoga, leva a pensar quais elementos que deixam de existir e quais podem ser redefinidos, repensados. O colofão, por exemplo, pode trazer as especificações do projeto, a quarta capa e as orelhas podem ser incorporadas como paratextos ou como seções nos e-books (seção Sobre os Autores, apresentação) e na divulgação nas redes sociais ou no blog da editora. Dick e Gonçalves (p. 81) destacam que o que diferencia a publicação impressa da digital não é sua função informacional, pois um livro digital se mantém em essência um livro, mas sim sua natureza. Com alteração na forma e não na função.

Existem diferenças entre e-books com enfoque mais textual, no qual se enquadra a maioria das obras produzidas por editoras universitárias, e formatos mais interativos. Muitas inovações no emprego do digital se desenvolveram com propostas comerciais. Nas universidades, o formato interativo possui como barreira a existência de recursos e equipe multiprofissional difícil no atual contexto (ainda que não impossível, se houver colaboração entre profissionais de ciência da computação e das profissões do livro, como design, letras, produção editorial etc.). Editoras que possuem um maior desenvolvimento da comunicação, como no caso da Fiocruz (como na coleção Temas em Saúde Interativo, disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/6/>), já desenvolvem com sucesso livros interativos que incluem, em seu interior, áudios de entrevistas e vídeos, entre outros materiais.

O formato digital permite muito maior flexibilidade na criação e execução do projeto gráfico, pois não possui a barreira do custo e aproveitamento do papel. Como destaca Collaro (p. 136), nos livros impressos as edições são classificadas segundo seu formato conforme a proporção de brancos e pretos existentes: uma edição econômica tem 75% de texto, uma edição normal 50% de texto e uma edição de luxo 25% de texto, e o restante branco.

Diante dos desafios do design do digital na editora universitária, que demanda maior agilidade para disponibilizar o conhecimento à sociedade e à comunidade científica (e neste aspecto a pandemia deixou evidente a importância da disseminação de conhecimentos para os próximos avanços nas pesquisas), uma possibilidade (que também se mostrou importante para a sobrevivência dos periódicos) é o emprego de templates. Assim, demandaria uma pré-diagramação das obras, algo que os designers poderiam desenvolver adaptando ou importando elementos para softwares de edição de textos mais disseminados e de mais fácil acesso para autores.

Assim, um possível desafio para o campo profissional de design seria propor modelos que agreguem valor estético e identidade visual a templates que favoreçam uma disseminação de conhecimento relativamente (visto que na produção acadêmica não se pode dispensar a revisão por pares, que é o crivo do científico) acelerada.

Ainda que sejam limitadas as possibilidades de editar no Word ou outro editor de texto, pode-se discutir se o acabamento de um e-book exige softwares de acesso mais restrito como o InDesign, ou se alguma ilustração ou outro recurso mais elaborado pode ser feito em outro programa e trazido para um editor de texto de uso mais disseminado, permitindo assim que a submissão de originais já se dê em um formato mais próximo do final, como ocorre em periódicos e eventos científicos em que as submissões já ocorrem em templates.

Diante da proliferação de literatura sobre self-publishing, surgem orientações para editoração em Word e templates para este fim. A qualidade é variável, conforme justamente a existência de orientação ou não de profissionais de design. É comum que plataformas de autopublicação ofereçam modelos (em geral amadores, com as partes do livro fora da ordem e com elementos gráficos mínimos) sugerindo a existência de todo um campo em desenvolvimento em que falta uma orientação profissional de um designer (a qual é claramente recomendada em orientações mais especializadas).

Esta discussão coloca questões sobre o campo profissional do design editorial, que se vê convidado a buscar soluções que tragam agilidade, identidade visual e beleza ao novo formato dos livros. Questionando eventuais resistências ao digital por um excesso de apego ao impresso, Lima incita a esta colaboração, que dependerá de uma atenção e diálogo permanente com as novas tecnologias que emergem o tempo todo.

Claro que hoje estamos ainda tateando na busca de um melhor formato de saída para este livro eletrônico. Temos o formato PDF, um formato mais engessado que permite um trabalho visual mais elaborado mas estático, não explorando muitas das possibilidades do ambiente digital. Temos os formatos ePub, Mobi que são hoje mais simples, mais crus quanto às possibilidades de projeto visual — mas que tem muita flexibilidade, ou seja, são responsivos (se adequam a qualquer interface: tablet, computador, celulares) e obedecem personalizações do usuário quanto a cores, tamanhos, tipos de letras etc. E mais recentemente temos o formato e-Pub3 que explora a experiência completa do que um livro digital deve ser, ou seja, apresenta interatividade, áudio e animações mas que, por enquanto, só funciona nos iBooks da Apple. (LIMA, 2016)

Necessidades de tecnologia da informação (TI) e design se conjugam para um trabalho editorial que, no campo científico, pode vir precisar atender critérios variados, como a indexação de livros que pode gerar necessidades específicas de adequar o design a formatos de diferentes plataformas. Outra área em que os designers podem contribuir é na construção de uma comunicação mais profissionalizada. Como muitas editoras não dispõem de assessoria de comunicação, a criação de modelos de divulgação pode trazer qualidade e agilidade na divulgação das obras.

4 Considerações finais

Observa-se uma crescente adesão aos livros digitais no Brasil e no mundo, com profundas implicações no acesso ao conhecimento (se o acesso é livre), nas formas de leitura e no próprio processo de criação literária e autoria, com a democratização da produção de livros através da autopublicação. Neste contexto, a diversificação da forma é inseparável da democratização do acesso e da própria produção. Existem certamente muitas mudanças por analisar, desde o papel da autoria, dos editores e da produção editorial até as demandas dos leitores e usuários (que esperam por exemplo a interoperabilidade e o real aproveitamento das potencialidades do meio digital).

Os livros técnicos e científicos possuem, por sua vez, características específicas, neles predomina o enfoque textual e convivem com demandas de democratização no acesso (quando aberto) e por vezes também na forma (se interativo).

O design dos livros precisa ser adequado aos novos formatos, fazendo dialogar a tradição editorial e as especificidades do meio digital. Nas editoras universitárias profissionais do design mostram-se indispensáveis e encontram diversificada demanda de criação de projetos gráficos, além de demandas de criação de materiais de divulgação.

As editoras universitárias demandam atuação de profissionais de design que encontrem soluções específicas para suas necessidades de divulgação científica. O conhecimento do processo de comunicação científica e das formas de avaliação a que os livros estão submetidos também será importante para sua participação em equipes multiprofissionais.

5 Referências

- ABEU. **Pesquisa ABEU 2021.** Disponível em: <https://abeu.org.br/documents/7/Pesquisa_ABEU_2021.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- ANDRADE, Roberia de Lourdes de Vasconcelos; ARAÚJO, Wagner Junqueira de. Livro digital nas editoras universitárias. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 945-967, set./dez. 2021.
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- CENDÓN, Beatriz Valladares. A internet. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valladares; KREMER, Jeannette. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- COLLARO, Antonio Celso. **Projeto gráfico**: teoria e prática da diagramação. 4. ed. rev. amp. São Paulo: Summus, 2000.
- DICK, Maurício Elias; GONÇALVES, Berenice Santos. Publicações digitais: um panorama sobre design e tecnologia. In: GASPARETTO, Débora Aita (Org.). **Design+**: arte, ciência e tecnologia: conexões teórico-práticas [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: Editora PPGART, 2017, p. 78-90.
- DICK, Maurício Elias; GONÇALVES, Berenice Santos. Representações e abordagens de apoio ao design do livro digital. **13º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**, Univille, Joinville (SC) 05 a 08 de novembro de 2018.
- FERES, Marcos V. C., et al. Para além do acesso ao conhecimento: licenças Creative Commons e Políticas Editoriais dos Periódicos Científicos. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, v. 15, 2021, e02105.
- FERREIRA, Rogério de Souza Sérgio; FELIPPE, Mara Alice Sena. Discursos e suportes literários informatizados atribuem a autor e leitor novos papéis? **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2010.
- FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositórios versus revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.
- GT QUALIS LIVROS. Proposta de classificação de livros. Brasília, 2019. Relatório. O GT – Qualis livros teve como objetivo propor o aprimoramento do processo de classificação de livros, gerando como resultado um novo modelo de ficha de avaliação. Disponível em:

<

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LIMA, Rubens. O livro digital e o designer editorial. **Publishnews**, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.publishnews.com.br/materias/2016/04/14/o-livro-digital-e-o-designer-editorial>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MACHADO, Arlindo. Publicações Científicas: da Galáxia de Gutenberg à Aldeia Telemática. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, n. 1, v. 2, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53901>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital**: o mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz, 2010.

RIGHETTI, Sabine. **CGI. br**: uma história de sucesso. *Revista.br*, v. 2, n. 3, out. 2010.

TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 346-376, maio/ago. 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. E-prints: modelo da comunicação científica em transição. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & autores, 2005.

WILLINSKY, John. Toward the Design of an Open Monograph Press. vol. 12, Issue 1, February 2009, DOI: <https://doi.org/10.3998/3336451.0012.103>. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/j/jep/3336451.0012.103?view=text;rgn=main>>. Acesso em: 15 abr. 2022.